

**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Extensão Universitária e movimentos de moradia: coleta de dados sócio-habitacionais em plena pandemia

Nicole Oska Lopes (Universidade Federal do ABC (UFABC)) – nicole.lopes@aluno.ufabc.edu.br
Graduanda de Bacharelado em Ciências e Tecnologia vinculada à Universidade Federal do ABC.

Patricia Cezario Silva (Universidade Federal do ABC (UFABC)) - patricia.cezario@ufabc.edu.br
Professora Adjunta da UFABC - Santo André. Doutora em Planejamento Urbano e Regional (FAUUSP), foi pesquisadora bolsista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, pesquisadora do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos - LabHab, e pesquisadora visitante no Department of Urban Studies no Massachusetts Institute of Technology. Arquiteta e Urbanista com graduação e mestrado (FAUUSP), e especialização em Land Management and Informal Settlement Regularization pelo Institute of Housing and Urban Studies - IHS.

Gabriela Farias Asmus (Universidade Federal do ABC (UFABC)) - a.gabriela@ufabc.edu.br
Professora Adjunta da UFABC - Santo André. Bióloga, mestre em Biologia Tropical e Recursos Naturais - Ecologia (INPA) e doutora em Ambiente e Sociedade (NEPAM/UNICAMP). Pós-doutorado no NEPAM (FAPESP 2014/26007-4).

Sessão Temática 09: ATHIS e Extensão Universitária em PUR: relatos de experiência

Resumo. A cidade de São Paulo é marcada por diversas modalidades de habitação, sendo uma delas a ocupação de edifícios por movimentos organizados na luta por moradia. As ocupações são heterogêneas em termos de perfil populacional, tipologias, organização social, entre outros aspectos. No entanto, pouco se tem sistematizado sobre as condições socioeconômicas, sociodemográficas e de saúde de seus habitantes – informações importantes para embasar políticas voltadas a este grupo habitacional, para subsidiar argumentos em prol da luta por moradia, e para favorecer a gestão de riscos em contextos de adversidade. O projeto de extensão “Perfil da População de edifícios ocupados por movimentos de moradia no município de São Paulo”, aprovado e financiado pela UFABC/PROEC desde 2021, coletou dados sociohabitacionais nas seguintes ocupações: Martins Fontes, Mauá, Nove de Julho, São João 588, Penaforte Mendes e Caetano Pinto. Num contexto de isolamento social imposto pela pandemia de COVID-19, o projeto ousou ao propor uma metodologia de trabalho totalmente virtual, envolvendo reuniões remotas com lideranças para co-criação de questionários e estratégias para engajamento dos moradores no preenchimento dos mesmos. Este trabalho reconta a metodologia do projeto, compartilhando desafios, adequações metodológicas e exemplos de resultados que podem ser explorados a partir dos dados coletados.

Palavras-Chave: Extensão Universitária; Ocupações; Movimentos de moradia; Dados sociohabitacionais

University extension and housing movements: collection of socio-housing data in the

¹ Projeto de Extensão vinculado ao Laboratório Justiça Territorial (LabJuta), aprovado e financiado nos anos de 2021, 2022 pela Pro-reitoria de Extensão e Cultura - Proec da Universidade Federal do ABC - UFABC.

midst of a pandemic

Abstract. The city of São Paulo is marked by different types of housing. One of them is the occupation of buildings by organized movements in the fight for housing. Occupations are heterogeneous in terms of population profile, typologies, social organization, among other aspects. However, little has been systematized about the socioeconomic, sociodemographic and health conditions of its inhabitants, which are important information to support policies aimed at this housing group, to support arguments in favor of the fight for housing, and to favor risk management in contexts of adversity. The extension project “Profile of the Population of buildings occupied by housing movements in the municipality of São Paulo”, approved and funded by UFABC/PROEC since 2021, collected socio-housing data on the following occupations: Martins Fontes, Mauá, Nove de Julho, São João 588, Penaforte Mendes e Caetano Pinto. In a context of social isolation imposed by the COVID-19 pandemic, the project dared to propose a totally virtual work methodology, involving remote meetings with leaders to co-create questionnaires and strategies to engage residents in filling them out. This work shares the project's methodology, with special attention to challenges, methodological adaptations and a briefing of results that can be explored from the collected data.

Key Words: Academic Extension; Occupations; Housing movements; Socio-housing data

Extensión universitaria y movimientos de lucha por la vivienda: recolección de datos socio vivienda en medio de una pandemia

Resumen. La ciudad de São Paulo está marcada por diferentes tipos de vivienda, uno de los cuales es la ocupación de edificios por movimientos organizados en la lucha por la vivienda. Las ocupaciones son heterogéneas en términos de perfil poblacional, tipologías, organización social, entre otros aspectos. Sin embargo, poco se ha sistematizado sobre las condiciones socioeconómicas, sociodemográficas y de salud de sus habitantes, información importante para sustentar políticas dirigidas a este grupo habitacional, sustentar argumentos a favor de la lucha por la vivienda y favorecer la gestión del riesgo en contextos de adversidad. El proyecto de extensión “Perfil de la Población de inmuebles ocupados por movimientos habitacionales en el municipio de São Paulo”, aprobado y financiado por la UFABC/PROEC desde 2021, recopiló datos de sociovivienda en las siguientes ocupaciones: Martins Fontes, Mauá, Nove de Julho, São João 588, Penaforte Mendes y Caetano Pinto. En un contexto de aislamiento social impuesto por la pandemia del COVID-19, el proyecto se atrevió a proponer una metodología de trabajo totalmente virtual, involucrando reuniones remotas con líderes para co-crear cuestionarios y estrategias para involucrar a los vecinos en su diligenciamiento. Este trabajo vuelve a contar la metodología del proyecto, compartiendo desafíos, adaptaciones metodológicas y ejemplos de resultados que pueden ser explorados a partir de los datos recopilados.

Palabras clave: Extensión Universitaria; ocupaciones; Movimientos de vivienda; Datos socio-vivienda

1. Introdução

Fruto do crescimento frenético, segregacionista e insustentável que se proliferou nas cidades brasileiras no século XX, as desigualdades sociais, trazidas desde o período escravocrata, se consolidaram também na organização do território urbano (COMARÚ; BARBOSA, 2019). Logo, a precariedade de políticas públicas habitacionais universais, além de salários incompatíveis com o acesso ao mercado formal imobiliário, provocaram a migração das classes trabalhadoras em direção às periferias, recorrendo a autoconstrução de casas em locais inadequados para tal (MARICATO, 2015). Neste contexto, à vista do abandono governamental, os movimentos de moradia surgem como uma maneira de reivindicar e lutar pela formulação e implantação de políticas públicas de habitação (IPEA, 2015).

De modo a pressionar o poder público, além de ansiar por maior participação popular nos espaços de decisão e debate sobre a política habitacional, a ocupação de terras em regiões periféricas, como também de edifícios ociosos nos centros urbanos, surge como uma alternativa de acesso à moradia (COMARÚ; BARBOSA, 2019; TATAGIBA et al., 2012). As ocupações no centro da cidade de São Paulo buscam se beneficiar das vantagens da localização na otimização do tempo de deslocamentos dos moradores, considerado como fator decisivo na produção do espaço urbano (VILLAÇA, 2012).

De acordo com levantamento realizado pelo município de São Paulo em 2018, a cidade abriga 51 edifícios abandonados e ocupados por movimentos de moradia, sendo que destes 42 estão localizados em distritos centrais, enquanto o restante se encontra no centro expandido (PMSP, 2018). Diante deste cenário, as ocupações se encontram em uma região de constante tensão social, a qual historicamente sofre com processos de gentrificação e especulação imobiliária, motivando embates pela apropriação do espaço urbano:

As camadas populares almejam a moradia no centro e em suas adjacências em razão das inúmeras vantagens oferecidas por essa localização. Habitar e trabalhar no centro da cidade implica vantagens significativas para os mais pobres. Porém, justamente por ser uma área bem equipada e de infraestrutura consolidada, o centro oferece boas oportunidades de negócios e projetos imobiliários voltados para os estratos de renda mais elevada. Objetivamente, portanto, o centro da cidade se configura como palco de disputa política entre atores com projetos e interesses distintos (TRINDADE, 2017, p.159).

À medida que, somente após o desabamento do edifício Wilton Paes de Almeida, em 2018, o poder público passou a questionar a ineficácia do cumprimento de dispositivos legais² que asseguram que a remoção de moradores de áreas de risco somente ocorrerá perante a situação de risco iminente. Fruto deste contexto, a Prefeitura de São Paulo estruturou um Grupo Técnico Intersecretarial³, com o intuito de classificar o risco das ocupações, bem como estabelecer as devidas medidas mitigadoras a serem executadas pelos movimentos associados (CAJUFA, 2022).

Durante o período de vistorias, a atuação das Universidades, assessorias técnicas e movimentos sociais garantiram que os preconceitos que permeiam a luta por moradia não reforçassem o despejo das famílias, mas sim a sugestão de melhorias de condições de habitabilidade e segurança (JESUS; SILVA, 2020). Todavia, como somente sete, das 51 ocupações estudadas, deverão ser revitalizadas para darem espaço à moradia popular, a Prefeitura propõe como alternativa a promessa de moradia habitacional, bem como um auxílio moradia - irrisório para permanência digna na cidade de São Paulo (Prédios de SP ocupados, 2022). Em suma, as propostas públicas mostram-se não só pouco diversificadas, como também não levam em consideração os anseios e necessidades da população afetada, bem como as implicações de políticas habitacionais em regiões periféricas na mobilidade e infraestrutura urbana. À vista disso, o presente trabalho tem por objetivo principal apresentar a experiência de extensão universitária de co-criação e aplicação de questionário para conhecer e monitorar dados de interesse para a luta por moradia.

O artigo está estruturado em três partes. A primeira relata a metodologia aplicada no projeto de extensão e as adaptações necessárias para realizar a coleta de dados em plena pandemia. Em seguida, são apresentados alguns resultados e a forma de disseminação desses dados abertos. Finalmente, será apresentada uma discussão das possibilidades de utilização desses dados na luta pela permanência das comunidades nas ocupações e na formulação de políticas habitacionais que atendam a demanda por habitação em localizações que ofereçam condições de as famílias moradoras conquistarem seu direito à moradia e à cidade.

2. A co-criação dos questionários: quais dados os movimentos de moradia querem conhecer e monitorar?

Cada ocupação é única e conta com suas próprias especificidades, sejam elas ligadas à relação com os movimentos sociais de luta por moradia digna, a narrativa histórica do imóvel, o perfil social dos moradores, e também sua relação com a sociedade e população ao entorno. Assim, delimitar os dados que, de fato, dialoguem com a realidade das ocupações centrais da cidade de São Paulo, torna-se necessário para a criação e consolidação de políticas públicas que estejam em consonância com o esperado e justo para essa população. Isto é, trata-se de estabelecer

² LEI Nº 12.340, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2010

³ Grupo Técnico estabelecido por meio da portaria nº 353 de 16/05/2018

argumentos que fundamentem e validem a luta por moradia central como uma necessidade de urbanização frente à sociedade civil e às autoridades políticas (TRINDADE, 2017, *apud* D'ANJOU; MALE, 1998; TARROW, 2011).

Para a seleção das ocupações buscou-se atualizar a estimativa do número de edifícios ocupados no município de São Paulo, confrontando dados oficiais da Prefeitura (PMSP, 2018) com informações de lideranças e pesquisadores que atuam na temática. Inicialmente, quatro ocupações da região central de São Paulo foram convidadas para participar do projeto, levando em consideração a relação prévia dos pesquisadores e potencial de engajamento de lideranças: Martins Fontes, Mauá, Nove de Julho e Penaforte Mendes. Em vista da crise sanitária naquele momento, uma reunião online de apresentação do projeto envolveu lideranças e pesquisadores para estabelecer um cronograma de encontros e discutir possibilidades de comunicação e acesso à internet.

Frente à necessidade de formular o questionário para além da dinâmica censitária, para que também possa funcionar como uma forma de potencializar os anseios dos moradores quanto à inclusão social e acesso à moradia digna, as perguntas foram elaboradas de maneira conjunta com as lideranças das ocupações participantes do projeto de extensão, representantes dos movimentos MSTC, FLM, MSTRU e MMC⁴. É importante pontuar que, fruto da criminalização dos movimentos sociais na capital paulista, as ocupações são usualmente desqualificadas diante da opinião pública (TATAGIBA *et al.*, 2012), criando um imaginário social fomentado pela mídia de que os moradores são “invasores” e, logo, configuram-se como criminosos (ALMEIDA *et al.*, 2020). Neste contexto, a co-criação do questionário novamente vê-se pertinente como uma forma de transmitir a legitimidade do movimento, além de romper com os paradigmas negativos acerca dos ocupantes, transmitindo à sociedade a ideia de que se trata de pessoas comuns em busca de direitos básicos que deveriam ser assegurados pelo Estado.

Para que a co-criação dos questionários junto aos representantes de cada movimento fosse possível, um questionário prévio foi elaborado levando-se em consideração a experiência adquirida em projetos de extensão anteriores e os anseios/opiniões das lideranças participantes do projeto. Consolidou-se um grupo de trabalho para criação do questionário, amadurecido ao longo de reuniões virtuais junto às lideranças. O objetivo desta etapa foi identificar quais dados (sociais, econômicos, de saúde...) são interessantes de se conhecer e armazenar para as ocupações, por seu potencial de auxiliar nas pautas de luta por habitação digna. Os participantes foram instigados a refletir em que momentos os dados sobre as ocupações já foram úteis (ou teriam sido úteis) para construir argumentos, embasar reivindicações ou facilitar o enfrentamento de eventos adversos como incêndios ou emergências de saúde como a nova COVID-19 ou outros surtos de doenças infecciosas como o Sarampo. Secundariamente, observou-se disponibilidade/potencial de acompanhamento da coleta de dados por lideranças/moradores selecionados.

Para as lideranças um fator relevante a ser monitorado diz respeito à trajetória dos moradores antes de ingressarem na ocupação e/ou se associarem aos movimentos de moradia. Incluso, a assistência social que recebem do governo e os locais anteriores em que residiam, especificando a condição de moradia e custo associado e também a expectativa dos mesmos quanto à ocupação. Assim, perguntas correlatas a estes aspectos possuem o potencial de analisar o quanto essa população se desloca pela cidade em busca de moradia, identificando se já foi moradora de áreas de risco, regiões periféricas ou moradias sociais advindas de ações governamentais. Desta maneira, é possível inferir se a moradia na região central é um fator importante para a permanência dos moradores nas ocupações. Paralelamente, é pertinente entender o contexto em que residiam essas pessoas e o papel das políticas públicas neste cenário - como ação mitigadora de desigualdades sociais - e, conseqüentemente, as justificativas para terem optado por uma nova condição de instabilidade em ocupações.

⁴ Correspondem respectivamente à: Movimento Sem Teto do Centro, Frente de Luta por Moradia, Movimento Sem Teto pela Reforma Urbana e Movimento de Moradia do Centro.

Fruto das particularidades presentes nas ocupações, os movimentos de moradia prezam não só por conhecer a situação de saúde dos moradores (relacionadas à Covid-19 ou outros agravos), como entender como as pessoas se sentem psicologicamente dentro da ocupação. Tal levantamento é necessário em vista dos truculentos processos de reintegração de posse dos edifícios ocupados e repressão dos movimentos sociais. A análise individual, e não só por famílias, é essencial para datar com mais propriedade o perfil dos residentes, para não só as ocupações conhecerem a si mesmas e obterem informações para se organizarem internamente, como também proporcionar uma ferramenta de negociação de políticas públicas que atendam as singularidades destes cidadãos.

Há também o interesse pelos movimentos de se compreender as relações de estudo e trabalho - distinguindo a frequência de trabalhadores formais, informais e autônomos - como a renda familiar, condições de deslocamento diário e tempo gasto em viagens pendulares. Dado que, como os edifícios ocupados se localizam nos distritos centrais, os habitantes são favorecidos por uma grande oferta de postos de trabalho e equipamentos públicos (Rede Nossa São Paulo, 2020), fomentando melhores oportunidades de estudo, emprego e renda, sendo essas próximas à moradia. De modo análogo, a habitação social central também assegura o acesso abundante à infraestrutura urbana, equipamentos de cultura e lazer, além de programas de atendimento social, saúde e segurança (BOTELHO; FREIRE, 2004). Morar na região central permite que os moradores tenham, de fato, o acesso à cidade e às vantagens que a tangenciam, promovendo uma melhora na qualidade de vida, principalmente para as mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência (COMARU, 2013). Neste sentido, torna-se relevante investigar a frequência com que os moradores utilizam os equipamentos públicos urbanos, para delimitar como usufruem da cidade ao redor. Desta maneira, o levantamento de dados pode corroborar com a argumentação de que os programas habitacionais devem defender a imprescindibilidade de moradia no centro com dignidade.

As reuniões *online* com participação das lideranças dos movimentos de moradia associados ao projeto, tanto antes, durante e após a elaboração das perguntas, foram tomadas como base para a composição do questionário. O questionário resultou em 50 perguntas, dividido em 4 seções, sendo as três primeiras relativas aos dados gerais da família e a última é subdividida para as informações individuais de cada membro da unidade, distribuídas da seguinte maneira:

1. A ocupação: condição de moradia anterior (localização, custo e relação com os movimentos de moradia) e expectativas quanto à ocupação.
2. Unidade: infraestrutura dos apartamentos, acesso à energia, água e internet, presença de animais indesejados, problemas no edifício e posse de bens de consumo (tais como automóveis e eletrodomésticos).
3. Família, Saúde e Serviços: situação de saúde (inclusive levantamento da incidência de Covid-19), acesso à equipamentos de saúde, lazer e educação, obtenção de benefícios sociais, renda média familiar e densidade populacional.
4. Ocupação e deslocamento da família (perfil dos moradores): gênero, raça, idade, composição familiar, situação de trabalho, grau de instrução, uso de serviços de transportes, tempo de deslocamentos pendulares até o trabalho e/ou estudo.

Um quadro-síntese com as questões pode ser encontrado no Apêndice ao final do texto.

Vale ressaltar que, com o objetivo de tornar os dados passíveis de serem comparados com as informações coletadas oficialmente pelo governo, tomou-se como base, quando pertinente, os parâmetros propostos pelo Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

3. Coleta de dados em plena pandemia

A pesquisa utilizou como ferramenta de coleta de dados um formulário eletrônico (questionário) preparado na plataforma Google Forms, o qual foi aplicado de duas maneiras: totalmente *online* e híbrida, a depender das restrições sanitárias associadas à transmissão do coronavírus no período de estudo. De qualquer forma, o engajamento dos moradores decorreu da atuação das lideranças e assistentes sociais de cada ocupação (quando presentes), que avisaram sobre a pesquisa em assembleia de moradores, pedindo que todos respondessem ao questionário. Paralelamente, a equipe do projeto ficou à disposição para prestar suporte técnico ou científico para o preenchimento *online* do questionário caso necessário. Estratégias que visavam proporcionar publicidade ao projeto e incentivar a seleção do máximo de respondentes possível também foram empregadas, como cartazes, lembretes on-line, etc. A expectativa era de que todas as famílias fossem engajadas na pesquisa, no entanto, respeitando-se aquelas que optassem por não participar.

A pesquisa embutida no projeto de extensão foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE n. 46892621.6.0000.5594), obtendo autorização tanto para a execução dos questionários como para o armazenamento das informações anonimizadas em banco de dados de acesso público. O processo de consentimento contou com envio de *cards* e vídeo explicativo sobre a pesquisa, informando sobre possíveis desconfortos, benefícios sociais e garantia de proteção e sigilo dos dados pessoais fornecidos pelas famílias. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com todas as informações importantes acerca da participação dos moradores na pesquisa, foi lido e assinado virtualmente.

Durante o período de maiores restrições referentes à pandemia da Covid-19 a coleta de dados ocorreu apenas de forma virtual. A Ocupação 9 de Julho teve seus dados coletados neste período, em especial, entre junho e julho de 2021. Na ocasião, o link-convite para o questionário foi enviado às assistentes sociais que atendem à ocupação. Estas, por sua vez, transmitiram o link via *What'sapp* para os mediadores de andar, que responsabilizaram-se por encaminhá-lo para os responsáveis de cada uma das unidades. Caso o morador não possuísse celular, internet ou habilidade para utilizar o Google Forms, poderia recorrer a um computador disponibilizado no escritório, além do próprio celular da assistente social da ocupação. Caso requisitado pelo morador, os mediadores de andar ficaram à disposição para auxiliar o preenchimento dos dados no formulário eletrônico, seguindo todas as medidas sanitárias vigentes no período. Além disso, os coordenadores também possuíam algumas cópias de uma versão impressa do questionário, com TCLE igualmente impresso, já prevendo famílias que não tivessem possibilidade de responder a pesquisa na plataforma digital.

À medida em que o questionário foi sendo aplicado, notaram-se algumas dificuldades: a carência de e-mails pessoais (necessários para iniciar a digitação das respostas no formulário); a alta rotatividade de meios de contato, principalmente entre estrangeiros; e -em alguns casos - celulares sem acesso à internet. Importante mencionar que o orçamento originalmente solicitado pelo projeto previa a compra de alguns celulares com serviço de pacote de dados de internet incluso, já prevendo a exclusão digital de parte dos moradores. No entanto, a solicitação não foi atendida pelo órgão financiador.

De qualquer maneira, tais adversidades foram contornadas. Considera-se que a obtenção dos dados ocorreu de maneira rápida e prática, em comparação à possibilidade de aplicação da versão física. Ademais, os moradores fizeram ressalvas quanto ao tamanho do questionário e, conseqüentemente, a duração necessária para o preenchimento, mas a perspectiva de obtenção de melhorias na ocupação preservou a colaboração dos mesmos. Algumas seções do questionário também foram alvo de críticas. Na seção referente a trabalho/estudo e deslocamento, alguns participantes se sentiram desconfortáveis em expor o local de trabalho, fazendo com que a pergunta fosse alterada para um endereço de referência nas dependências.

Além da atenuação das medidas restritivas e sanitárias adotadas durante a pandemia, ao final de 2021 e principalmente em 2022, o fato de algumas ocupações possuírem significativamente

mais famílias e menos acesso à internet favoreceram o método de aplicação híbrida. Isto é, para os moradores que conseguiam responder ao formulário eletrônico de maneira autônoma a metodologia permanecia a mesma. Para os demais casos, a equipe do projeto estabeleceu datas de visita junto às lideranças, lendo oralmente a pergunta ao morador e assinalando/digitando suas respostas no Formulário Google. Para que a coleta presencial de dados ocorresse de forma segura, adotaram-se certas medidas restritivas, tais como a imprescindibilidade de uso de máscaras PFF2 ou N95 por ambas as partes, disposição dos entrevistadores em locais mais arejados e distantes entre si, os quais utilizavam seus próprios aparelhos móveis para o preenchimento do formulário.

A dinâmica de levantamento de dados presencial foi aplicada pela equipe original do projeto, nas ocupações Penaforte Mendes e Martins Fontes. Já na ocupação Mauá, a maior dentre as estudadas (abrigoando mais de 200 famílias), as entrevistas foram realizadas com o auxílio de membros de uma Assessoria Técnica a movimentos populares no planejamento habitacional de interesse social⁵. Além disso, a pesquisa também incluiu dados secundários coletados pela organização parceira nas ocupações São João 288/588, Caetano Pinto, José Bonifácio 237, Ipiranga e Rio Branco 53. Tal organização também desenvolve projeto nas Ocupações, envolvendo análises e monitoramento a fim de promover melhorias na infraestrutura dos edifícios. O questionário utilizado pela organização parceira integrou as perguntas utilizadas por nosso projeto a outras perguntas relevantes para o desenvolvimento de seu trabalho de assessoria.

No decorrer da aplicação dos questionários, a metodologia de entrevistas foi revista e readequada para atender dificuldades constatadas em campo. Por exemplo, o procedimento padrão inicial de coleta de consentimento envolvia a leitura de TCLE aos moradores, o que gerava desconfiança e impaciência. Como alternativa, um vídeo da equipe de coleta explicando o TCLE, de maneira informal e sucinta, passou a ser encaminhado previamente aos moradores. Além disso, grande parte dos entrevistados não aderiam à pesquisa quando abordados somente pela equipe do projeto. Portanto, os mediadores de andar passaram a recrutar os participantes, justificando individualmente as motivações e relevância de responder o questionário. Outro desafio recorrente foi a ausência ou mau uso das máscaras, além de uma parcela dos entrevistados optar por responder as perguntas dentro de seus próprios apartamentos. Para contornar a situação, a equipe se dispôs a entregar máscaras de alta filtragem aos que não possuíam, como também disponibilizar cadeiras durante as entrevistas.

4. Resultados e Discussão: Análise e disseminação dos dados abertos

As respostas advindas da aplicação dos questionários foram analisadas por meio da plataforma Google Colab, a partir da produção de estimativas quantitativas de frequências de elementos de resposta, com elaboração de figuras representativas dos principais resultados. Posteriormente, os gráficos interativos que mais se ajustavam às expectativas das lideranças foram inseridos em um site de domínio do projeto de extensão, denominado Perfil Ocupas. O site visa possibilitar o acesso aos resultados de forma prática e democrática, favorecendo que os próprios moradores possam usufruir e adaptá-los da maneira que for mais conveniente para a luta. Inclusive, prezando a transparência e acessibilidade, os dados brutos estão disponíveis abertamente no Github da pesquisa. O painel de mapeamento do perfil da população de edifícios ocupados na cidade de São Paulo conta, até o momento, com as estimativas de dez ocupações, as quais podem ser visualizadas em conjunto ou individualmente. O espaço amostral, composto por 673 famílias (equivalente a 1509 moradores), é dividido em 5 categorias principais: a ocupação; perfil dos moradores; as unidades; saúde e serviços e, também, renda e trabalho.

A seguir, exploramos algumas informações provenientes dos dados extraídos do questionário.

⁵ Os pesquisadores que auxiliaram na coleta de dados foram devidamente incluídos na equipe de pesquisa do projeto em execução no sistema Plataforma Brasil.

4.1 A ocupação

De acordo com Kowarick (1979), a superexploração do trabalho e, por conseguinte, os baixos salários e péssimas condições atribuídas à classe trabalhadora fomentaram o processo de espoliação urbana. Isto é, a falta de condições suficientes para o acesso a uma moradia digna, impede que as classes mais baixas acessem o mercado formal imobiliário. Em 2021, o custo médio com o aluguel foi de R\$1.078 na cidade de São Paulo, significativamente maior do que a média nacional de R\$647 mensais (QUINTO ANDAR; DATAFOLHA, 2021). Contudo, mesmo que o custo de vida na capital paulista seja superior a outras regiões do país, é volátil no centro paulistano, à medida que possui diferentes padrões de comércio e população residente (KOHARA, 2013).

Paralelamente, a análise de dados do questionário revelou que a expressiva maioria das famílias, o equivalente a 73.99%, possuía um gasto maior com moradia antes de se mudarem para os edifícios abandonados. Além disso, mais da metade das famílias entrevistadas (53.93%), relataram que gastavam de R\$400,00 a R\$800,00 com moradia anteriormente. O contraste dos preços desembolsados mensalmente com habitação anterior à ocupação, demonstram a incompatibilidade do que essa população pode pagar com o que é oferecido em São Paulo. Fruto desta conjuntura, as ocupações de edifícios ociosos se consolidam como uma alternativa de moradia a baixo custo e bem localizada.

O principal componente do déficit habitacional no Brasil, em 2019, foi o ônus excessivo com o aluguel urbano (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2021, p. 118). Similarmente, como vemos na Figura 1, nas ocupações estudadas, observa-se que 58.45% dos núcleos familiares antes moravam de aluguel, assim como é comumente citado pelos movimentos de moradia, o alto custo de aluguel é um dos maiores motivadores da mudança. Casa de parentes (16.4%) e pensão ou cortiço (10.16%), também se mostram relevantes como situações de moradia que precedem as ocupações. As demais modalidades de moradia estão divididas entre casa própria (3.89%), ocupações de edifícios ou terrenos periféricos (6.04%), cedido por empregador (1.64%), situação de rua (1.05%), favela (0.9%) e Outros.

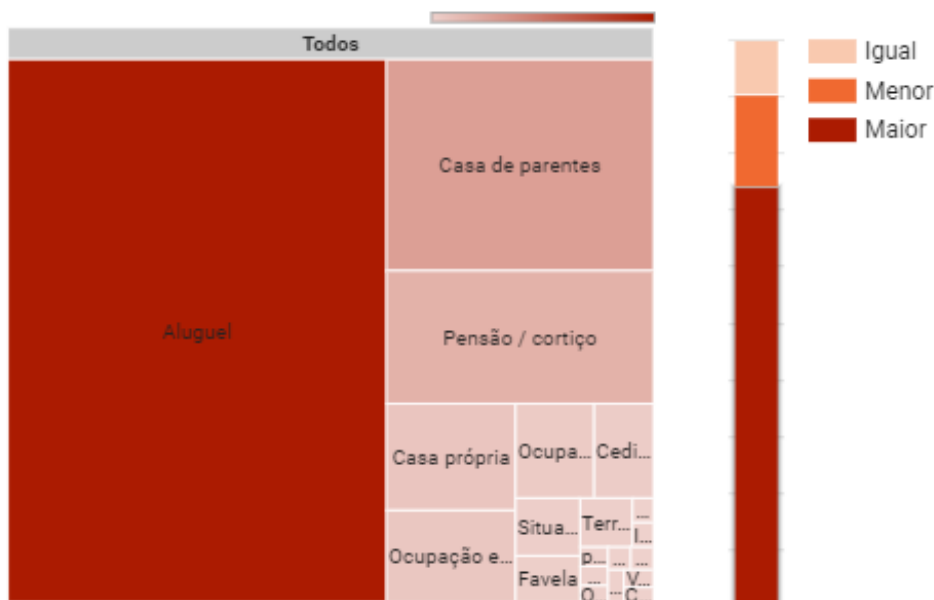


Figura 1 - Como as famílias estavam antes da ocupação? (fonte: elaborada pelas autoras).

4.2 Perfil dos Moradores

As ocupações são espaços em constante movimento, isto é com uma alta rotatividade de moradores que advém de diferentes contextos sociais e, também, não possuem um único perfil

social delimitado. No entanto, a população feminina, negra, mãe solo, migrante e com grande locomoção habitacional se sobressai perante os demais moradores (SANTOS, 2019). Vale ressaltar também que, nas ocupações estudadas, os imigrantes correspondem a 7.2% da população total, ao passo que índice médio de tal população na cidade de São Paulo é de apenas 2.9% (SMDHC, 2019; IBGE, 2021). À medida que, o contingente populacional de imigrantes, principalmente os refugiados não brancos, frequentemente habitam as periferias dos centros urbanos, sendo marginalizados também nos direitos à cidadania e de reconhecimento simbólico (BTANCO-PEREIRA, 2019). Portanto, pode-se inferir que as ocupações representam não só um espaço de acolhimento, como também uma maneira de amenizar o processo de segregação urbana, por estarem localizadas em uma região que propicia o acesso à cidade.

4.3 As unidades

Os edifícios ocupados são prédios, casarões e galpões abandonados durante anos, e que, portanto, podem apresentar inúmeros problemas estruturais devido à falta de manutenção. Grande parte das ocupações ocorrem edificações que originalmente foram construídas para fins não residenciais, fazendo com que as unidades habitacionais sejam de tamanhos variados, sem relação direta com o número de moradores que nelas residem. Deste modo, a falta de recursos exige adaptações elaboradas pelos próprios moradores, tais como a utilização de materiais improvisados (como cortinas ou móveis) na divisão de cômodos e a junção de diferentes funções de uma casa em um único ambiente. Sendo que decorrente da disposição original do projeto, há uma propensão de espaços ociosos e unidades pequenas (SANTOS et al, 2002).

A Figura 2 demonstra a distribuição do material predominante nas divisórias internas a cada unidade habitacional, em que constata-se que a maioria absoluta dos apartamentos não possuem divisórias, o que corresponde a cerca de 54.44%. Tal circunstância infere que não há separação entre diferentes funções da casa e nem privacidade entre os moradores. Todavia, a ausência de divisórias pode não necessariamente representar um problema, dado que 59% das famílias é composta por uma ou duas pessoas.



Figura 2 - Distribuição do material predominante nas divisórias (fonte: elaborada pelas autoras).

Considerando ainda esses resultados, reconhece-se que, quando há divisórias, aquelas constituídas por alvenaria se sobressaem em 42.57% dos casos, seja com ou sem revestimento. Já as separações compostas por Eucatex aparecem em 21.12% das unidades, Drywall em 15.18%, Madeira em 9.9% e Móveis possuem uma frequência de 8.58%. Vale ressaltar que, decorrente das sugestões feitas pelo Grupo Técnico Intersecretarial pela Prefeitura de São

Paulo, foram propostas diversas ações⁶ coletivas com auxílio de técnicos, pesquisadores, estudantes, lideranças e moradores para substituir divisórias de madeira por drywall.

4.4 Saúde e Serviços

Assim como a moradia, a saúde também é considerada um direito fundamental ao ser humano. No Brasil, o 6º artigo da Constituição Federal (1988) e a Reforma Sanitária consagram a obrigatoriedade do Estado em assegurar o acesso à saúde de seus cidadãos. Mas na prática, a meta de atendimento de saúde digno e igualitário a todos os brasileiros permanece desafiadora para o Sistema Único de Saúde (SUS).

A conquista e manutenção da saúde é fundamental para que a população possa exercer todas as demais dimensões da vida, que incluem o trabalho, o lazer, ou até mesmo a luta para reivindicar os direitos que lhes são negados. Desta forma, torna-se grave vulnerabilidades em saúde em cenários de insegurança associada à moradia, alimentação, trabalho, etc.

A situação de saúde informada pelos moradores respondentes do questionário podem ser visualizadas na Figura 3. Num total de 493 unidades entrevistadas, aproximadamente 65% afirmaram não haver problemas crônicos de saúde entre os moradores. Dentre as unidades que informaram problemas de saúde, destacam-se hipertensão, diabetes e transtornos da saúde mental. Doenças cardiovasculares (tais como a hipertensão, “problema cardíaco” e “pressão alta”) representam, atualmente, o principal grupo de causa de mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis do Brasil (BRASIL, 2021).



Figura 3 - Incidência de problemas de saúde entre os moradores da unidade (fonte: elaborada pelas autoras).

Supõe-se que as tendências observadas nas ocupações não sejam diferentes daquelas encontradas entre os paulistanos. Elas representam hábitos de vida que incluem alimentação inadequada, tabagismo e baixa frequência de exercícios físicos. Já a menção à saúde mental, citada com a mesma frequência que diabetes, pode ser um ponto de atenção. É possível que tensões associadas à ameaça de perda de moradia ou à constante criminalização dos movimentos de luta por moradia possam incentivar negativamente a saúde mental dos moradores das ocupações.

A dificuldade no atendimento médico-hospitalar costuma ser um fator negativo para a manutenção da saúde de muitos brasileiros. No entanto, considera-se que as ocupações do Centro de São Paulo, por sua localização, sejam privilegiadas em relação ao número de equipamentos públicos de saúde disponíveis. De fato, a pesquisa demonstrou que grande parte

⁶ Como exemplo reconhecido pela literatura pode-se citar o Projeto de Extensão Universitária ‘Quem ocupa não tem culpa: melhoria das condições de segurança e habitabilidade nas ocupações de edifícios no centro de São Paulo’. O qual auxiliou a Ocupação Penaforte Mendes a cumprir as exigências feitas pelo GT da PMSP (JESUS; SILVA, 2020).

das famílias entrevistadas (75%) recebe visita do Agente Comunitário de Saúde e aproximadamente 60% está satisfeita com os serviços de saúde disponíveis na região.

4.5 Renda e Trabalho

Residir no centro, ao invés de na periferia, traz vantagens como a perspectiva de acesso a melhores postos de serviço e salários, para pessoas com o mesmo nível de qualificação (YOUNG et al, 2013). Deste modo, a expressiva oferta de emprego, bem como a variabilidade de especialização nos mesmos, torna o Centro de São Paulo bastante atrativo, principalmente para a parcela da população de renda média e baixa (KOHARA, 2013). Uma vez que a relação de cargos de trabalho formal a cada dez habitantes⁷ é bem maior nos distritos centrais, a exemplo da Sé, com uma taxa de 112, em contraste com a média da cidade, que é de 5 (Rede Nossa São Paulo, 2020). Ademais, a localização das ocupações e as vantagens advindas deste contexto justificam a permanência dos moradores nas ocupações, como expõe a coordenadora do Movimento dos Sem Teto do Centro, Carmem Silva:

E porque o trabalhador tem que morar longe do trabalho, longe da faculdade e longe da escola, longe da UBS? Se já tem uma cidade totalmente pronta e abandonada. Morar no centro é também para o trabalhador. Trabalhador precisa morar perto de outros equipamentos (SOARES, 2020, p. 43)

Nas ocupações estudadas, vide Figura 4, verificou-se que 55,6% dos moradores trabalham, sendo que destes, 25,2% possuem carteira assinada, ao passo que 30,4% são autônomos ou atuam na informalidade. Fato que está em consonância com o padrão com o cenário trabalhista do estado de São Paulo no período de 2014 a 2020, em que o percentual da população empregada com carteira de trabalho assinada no setor privado diminuiu 15,8%. À medida que, os trabalhadores sem contrato formal aumentaram 7% e os autônomos 24,4% (IBGE, 2020). No entanto, os moradores dos edifícios ociosos que se encontram em situação de desemprego somam cerca de 18,8%, enquanto a média na RMSP corresponde a 16,1% da população economicamente ativa (SEADE, 2019). Nesse sentido, em situação de desocupação e insegurança, torna-se ainda mais relevante o fato de não se arcar com os custos de moradia. O restante dos residentes se divide em estudantes, correspondente a 19,7%, aposentados (3,2%), pensionistas (0,3%) e aqueles que possuem outras ocupações (2,3%).

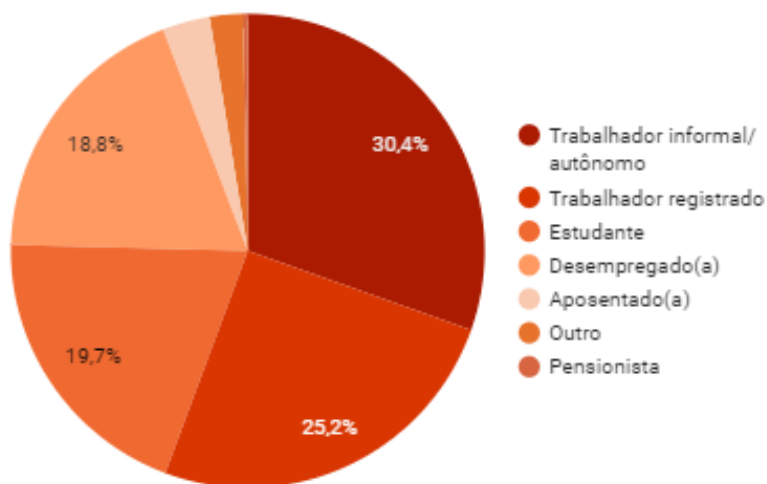


Figura 4 - Ocupação dos moradores (fonte: elaborada pelas autoras).

⁷ Taxa de oferta de emprego formal, por dez habitantes participantes da população em idade ativa (PIA), calculado a partir do número absoluto de empregos formais em 2019 ÷ PIA - População em idade ativa x 10.

A ampliação dos sistemas de transporte coletivo, desde a década de 70, tornou o núcleo histórico da cidade de São Paulo o principal foco da rede do transporte metropolitano, possibilitando o acesso das camadas populares ao Centro (JOSÉ, 2010). Portanto, residir nessa região e, potencialmente próximo ao trabalho, tende a corroborar para redução do número de viagens pendulares periferia-centro-periferia (COMARU, 2013) e, quando não, o deslocamento é facilitado pela expressiva oferta de transporte de massa. Diante desta perspectiva, confirma-se que nas ocupações estudadas, dentre os moradores que se deslocam diariamente ao trabalho ou estudo, 50,57% se locomovem a pé e cerca de 35% utilizam meios de transporte público coletivo.

5. A utilização de dados na luta por moradia

De acordo com Ivaneti Araújo, a Neti, liderança do Movimento de Moradia na Luta por Justiça - MMLJ, e da ocupação Mauá⁸, "os dados que o projeto produz e organiza são interessantes porque informam de maneira mais detalhada a situação socioeconômica dos moradores das ocupações, reforçando sua vulnerabilidade, como as condições de emprego, quantas são as mães solo, as dificuldades em arcar com custos de aluguel etc. A pesquisa do IBGE, por exemplo, coletou apenas dados gerais da ocupação - ou seja, não faz um retrato detalhado da ocupação. Em contrapartida, a partir dos dados do projeto "Perfil dos moradores das ocupações" compreende-se de fato a situação das pessoas que compõem o déficit de moradia".

A luta por moradia nas áreas centrais da cidade de São Paulo combina dinâmicas de garantia de permanência nas ocupações existentes com condições seguras e dignas de habitabilidade, e de fomento de uma política habitacional que as reconheça e inclua como uma tipologia habitacional a ser contemplada com programas, projetos e recursos públicos. Para o desenho de uma política que atenda adequadamente a essa demanda específica é fundamental que tenhamos acesso a dados precisos e atualizados para essa tipologia habitacional.

6. Referências

BOTELHO, Isaura; FREIRE, Carlos Torres. "Equipamentos e serviços culturais na região central da cidade de São Paulo". In: EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO (EMURB). Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo / Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) / Centro de Estudos da Metrópole (CEM), 2004, p. 157-198.

BRANCO-PEREIRA, Alexandre. Viajantes do tempo: imigrantes-refugiadas, saúde mental, cultura e racismo na cidade de São Paulo. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11851>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças não Transmissíveis. **Saúde Brasil 2020/2021: uma análise da situação de saúde e da qualidade da informação**. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. 422 p. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_brasil_2020_2021_situacao_saude.pdf. Acesso em 21/12/2022.

COMARÚ, Francisco; BARBOSA, Benedito Barbosa. Movimentos sociais e habitação. Salvador: UFBA, Escola de Administração; Superintendência de Educação a Distância, 2019.

COMARÚ, Francisco et al. Propósitos, premissas, conceitos e orientações para mitigação de riscos pela melhoria das condições de segurança predial em ocupações urbanas. São Paulo:

⁸ Em entrevista concedida às autoras em 21/12/2022, em resposta à pergunta: "de que forma você acredita que os dados do projeto Perfil da população moradora das ocupações podem ser utilizados na luta por moradia?".

CAJUFA (Centro de Apoio aos Juizes das Varas da Fazenda Pública da Capital), 2022. ISBN: 978-65-5884-445-7.

COMARU, F. de A. (2013). Habitação social em áreas centrais e suas implicações para a saúde e acesso ao trabalho: hipóteses e uma agenda de pesquisas para o Brasil metropolitano. In: XV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. Anais. Recife, v. 1, pp. 1-14

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit habitacional no Brasil – 2016-2019 / Fundação João Pinheiro. – Belo Horizonte: FJP, 2021

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2021. Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/sao-paulo.html>. Acesso em: 15 de dez. de 2022.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Relatório Brasileiro para o Habitat III. Brasília: IPEA, 2015

JESUS, P. M. .; SILVA, P. C. . Do risco como argumento para remoções à melhoria de condições de segurança e habitabilidade. Diálogos Socioambientais na Macrometrópole Paulista, v. 3, n. 08, p. 63-67, 8 out. 2020.

JOSÉ, Beatriz Kara. A popularização do centro de São Paulo: um estudo de transformações ocorridas nos últimos 20 anos. 2011. 264f. Tese de doutorado - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

KOHARA, L. As contribuições dos movimentos de moradia do centro para as políticas habitacionais e para as políticas de desenvolvimento urbano do centro da cidade de São Paulo. Relatório de Pesquisa de Pós-Doutorado, FAUUSP, 2013.

KOWARICK, Lúcio. A espoliação urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARICATO, E.T.M. Para entender a crise urbana. São Paulo: Expressão Popular, 2015

MARICATO, E.T.M (1975). O fim de semana. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=4&v=gDm-vajAtrM

Prédios de SP ocupados por 12 mil sem-teto correm o risco de pegar fogo ou desabar a qualquer momento. Globo: Fantástico, 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/12/04/predios-de-sp-ocupados-por-12-mil-sem-teto-correm-o-risco-de-pegar-fogo-ou-desabar-a-qualquer-momento.ghtml>>. Acesso em: 11 de dez. de 2022.

Quinto Andar, Dados e Pesquisas; Datafolha, Instituto de Pesquisas. Censo de Moradias Quinto Andar, 2021. Disponível em: <https://indd.adobe.com/view/814d6ccb-0ea1-4858-8ed1-479886a0a68e>

SANTOS, André Luiz Teixeira et al. (org.). Laboratório de projeto integrado e participativo para requalificação de cortiço. São Paulo: FAU-USP, 2002.

SANTOS, Renato Abramowicz. Na cidade em disputa, produção de cotidiano, território e conflito por ocupações de moradia. Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 783-806, Dec. 2019.

SÃO PAULO, Prefeitura Municipal de. Situação das ocupações na cidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de dados). Desemprego em São Paulo atinge 16,1%. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.seade.gov.br/desemprego-em-sao-paulo-atinge-161/>

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA DA CIDADE DE SÃO PAULO. Banco de dados de Imigrantes e Trabalho Decente. Disponível em:

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/imigrantes_e_trabalho_de_cente/index.php?p=291781> Acesso em: 14 dez. 2022.

SOARES, Marcela Nicolas Sá. Canteiros populares: uma análise da Ocupação 9 de Julho. 2020. 75 f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2020.

TATAGIBA, Luciana; PATERNIANI, Stella Zagatto; TRINDADE, Thiago Aparecido. Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. Opinião Pública, Campinas, v. 18, n. 19 2, p.399 - 426, nov. 2012.

TRINDADE, Thiago Aparecido. O QUE SIGNIFICAM AS OCUPAÇÕES DE IMÓVEIS EM ÁREAS CENTRAIS?. Cad. CRH, Salvador , v. 30, n. 79, p. 157-173, Apr. 2017 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792017000100157&lng=en&nr_m=iso>.

REDE NOSSA SÃO PAULO. Mapa da Desigualdade 2020. São Paulo: Rede Nossa São Paulo, 2020.

REGIS ALMEIDA, Helio Jorge; VIEIRA, Bruno Soeiro; SANTOS, Jorge Luiz Oliveira dos. A criminalização midiática do movimento social de luta pela moradia digna. Revista de Direito da Cidade, [S.l.], v. 11, n. 4, p. 440-472, fev. 2020. ISSN 2317-7721. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/39597>>. Acesso em: 12 dez. 2022. doi:<https://doi.org/10.12957/rdc.2019.39597>.

VILLAÇA, Flávio. Reflexões sobre as cidades brasileiras. São Paulo, SP: Studio Nobel, 2012.

YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann; AGUIAR, Camilla; POSSAS, Elisa. Custo Econômico do Tempo de Deslocamento para o Trabalho na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Econômica: Econômica, Niterói, v. 2, n. 15, p. 9-22, dez. 2013.

7. Apêndice

Identificação	Pergunta	Respostas	Tipo de resposta
Seção 1 - Ocupação			
1.1	Qual o seu nome (ou apelido)?		Pergunta aberta
1.2	Escreva em que andar você mora?		Pergunta aberta
1.3	Qual o número da sua unidade? (número atribuído pelo morador)		Pergunta aberta
1.4	Como o aplicativo identifica o número da unidade?		Pergunta aberta

1.5	Já conhecia o movimento de moradia e as ocupações antes de se mudar?	Sim	Resposta qualitativa
		Não	Resposta qualitativa
1.6	Qual a condição de sua moradia antes de morar na ocupação?	Casa própria	Resposta qualitativa
		aluguel	
		Casa de parentes	
		Cedido por empregador/outra forma	
		Ocupação em edifício	
		Loteamento	
		Favela	
		pensão/cortiço	
		Terreno Ocupado	
		Situação de rua	
Outros			
1.7	Como era o custo de vida antes de morar na ocupação em relação ao de agora?	Maior	Resposta qualitativa
		Menor	
		Igual	
1.8	Qual era o gasto mensal em aluguel. antes de morar aqui?		Resposta aberta
1.9	Quando se mudou?		Resposta aberta
1.10	Em que lugar você morava antes da ocupação?		Resposta aberta
1.11	Você já morou em outra ocupação? Qual?		Resposta aberta

1.12	Qual a sua expectativa com a ocupação?	Atendimento habitacional no edifício ocupado a partir de intervenção do governo municipal, estadual ou federal
		Atendimento habitacional em conjunto habitacional na área central
		Atendimento habitacional em conjunto habitacional em outro bairro
		Aluguel social
		Não tem nenhuma expectativa

Identificação	Pergunta	Respostas	Tipo de resposta
Seção 2 - Unidade			
2.1	Quantos lugares d dormir vocês usam na casa?		Resposta quantitativa
2.2	A unidade é dívida em cômodos?	Não	Resposta qualitativa
		Sim. por favor responda na alternativa outros quantos cômodos a unidade possui	
2.3	A unidade possui janelas?	Sim	Resposta qualitativa
		Não	
2.4	Se há divisórias. qual o material predominante das divisórias?	Não tem divisórias	Resposta qualitativa
		Madeirite	
		Drywall	
		Divisória do tipo Eucatex	
		Retalhos de materiais (lona. metal. papelão)	
		Alvenaria sem revestimento	
		Alvenaria com revestimento	
Outros			
2.5	Qual o material do piso da unidade?	Piso frio (cerâmica ou porcelanato)	Resposta qualitativa
		Cimento queimado	
		Contrapiso sem revestimento	
		Taco de madeira	
		Linóleo ou similar	
		Carpete	
		Carpete de madeira	
2.6	A energia que abastece a unidade e é regularizada?	Energia elétrica e regularizada	Resposta qualitativa
		Energia elétrica não é regularizada	
		Não sabe	
		Outro	
2.7	A unidade costuma tem problemas com a energia elétrica? Quais?	Não	Resposta qualitativa
		Sim (por favor. especifique em outros quais são os problemas)	
2.8	A unidade tem água encanada?	Sim	Resposta qualitativa
		Não (por favor responda na opção outro como faz para obter água)	
2.9	A água encanada é regularizada?	Sim	Resposta qualitativa
		Não	
		outros	
2.10	A unidade tem algum problema que lhe incomoda?	Umidade e ou bolor(mofo)	Resposta qualitativa
		rachadura nas paredes	
		Buracos no chão ou paredes	

		Fiação elétrica exposta	
		Não possui nenhum desses problemas	
		Prefiro não responder	
2.11	Há presença de animais indesejados na moradia? Se sim quais?	Não há animais indesejados	Resposta qualitativa
		Baratas	
		Cupins	
		Pulgas	
		Ratos	
		Moscas	
		Pernilongos	
		Morcegos	
		Prefiro não responder	
		Outros	
2.12	Utiliza lavanderia	Coletiva	Resposta qualitativa
		Individual	
		De outro morador	
		Prefiro não responder	
		Outro	
2.13	Tem acesso à internet?	Sim. utilizo dados moveis do celular	Resposta qualitativa
		Sim. possuo internet fixa	
		Sim. possuo modem portátil	
		Não	
		Outros	
2.14	Marque a quantidade que possui dos seguintes itens	Banheiros	Resposta quantitativa
		Automóveis	
		Computador	
		Lava louça	
		Geladeira	
		Fogão	
		Freezer	
		lava roupa	
		Televisão	
		Micro-ondas	
		Motocicleta	
		Secadora de roupas	
2.15	A família costuma pagar algum(a) funcionário(a) para auxiliar na arrumação ou limpeza da unidade?	não	Resposta qualitativa
		Sim	
		Eventualmente	
2.16	Com que frequência a família costuma pagar funcionário(a)s ou se possui ajudantes para cuidar	Cuidador para idosos	Resposta quantitativa
		Cuidador para crianças	
		Cuidador para pessoas com deficiência (PCD)	

Identificação	Pergunta	Respostas	Tipo de resposta
Seção 3 – Família, Saúde e Serviços			

3.1	Há pessoas com problemas de saúde na unidade? Indique abaixo	Prefiro não responder	Resposta qualitativa
		Diabetes	
		Hipertensão	
		Obesidade	
		Problemas de saúde mental (ansiedade, depressão)	
3.2	Indique os equipamentos de saúde que costuma frequentar. Marque também na opção "Outros" se costuma frequentar algum equipamento não listado	Posto de Saúde/Unidade Básica de Saúde	Resposta qualitativa
		Hospital Público	
		Clínica SUS	
		Clínica Privada	
3.3	Quais os nomes dos principais serviços de saúde que utiliza?		Resposta aberta
3.4	Está satisfeito com os serviços que utiliza		Resposta aberta
3.5	A família recebe visita do agente comunitário de saúde?	Sim	Resposta qualitativa
		Não	
3.6	Alguém na família tem algum tipo de deficiência (é PCD)?	Sim	Resposta qualitativa
		Não	
		Não sei dizer	
		Prefiro não responder	
3.7	Alguém na sua unidade já pegou COVID-19?	Sim	Resposta qualitativa
		Não	
		Sim, mais de uma vez	
		Não tenho certeza	
		Prefiro não responder	
3.8	Quantas pessoas na família já pegaram COVID-19?		Resposta quantitativa
3.9	Quais estratégias a família usou para se proteger do COVID-19?	Uso de máscara cirúrgica u de tecido	Resposta qualitativa
		Uso de máscara N95 ou PFF2	
		Distanciamento Social	
		Uso de álcool 70 e álcool em gel	
		Utilizou outras estratégias adotadas na ocupação (9de exemplos)	
		Não lembro/prefiro não responder	
3.10	Marque todos os serviços públicos que a família utiliza	CRAS	Resposta qualitativa
		Escola	
		Creche	
		Não utilizo nenhum	
3.11	Se marcou a opção CRAS, qual CRAS e como costuma se		Resposta aberta

	deslocar até lá? (ex: ônibus. a pé. metro)		
3.12	Quais espaços de lazer a família costuma frequentar?	Cinemas Teatros Parques e praças? Museus Centro culturais Bibliotecas Centro esportivo SESC Balada/Boteco Prefiro não responder Não utiliza Igrejas/Cultos	Resposta qualitativa
3.13	De o nome dos espaços de lazer que a família costuma frequentar. Ex: SESC Consolação. Teatro Municipal. parques das Artes. Praças. Museus		Resposta qualitativa
3.14	A família está inscrita no Cadunico?	Sim Não Não sei Prefiro não responder	
3.15	A família recebe algum desses benefícios? Marque quais	A família não recebe nenhum benefício Aposentadoria Auxílio-Doença Auxílio Aluguel Auxílio Gás Auxílio Reclusão Auxílio Emergencial (COVID-19) Merenda em casa (COVID-19) BPC/LOAS Pensão por morte Salário maternidade Outras fontes (ajuda d parentes) Prefiro não responder Bolsa Família	Resposta qualitativa
3.16	Renda do domicílio sem contar os benefícios (s.m. = salário-mínimo\$ 1.100.00)	Sem renda de 0 a 1 s.m. De 1 a 2 s.m. De 2 a 3 s.m. de 3 a 6 s.m. Mais que 6s.m. Prefiro não informar	Resposta qualitativa

3.17	Quantas pessoas contribuem para a renda familiar?		Resposta quantitativa
3.18	Alguém na unidade é imigrante?	Não	Resposta qualitativa
		Sim. por favor responda em "Outros". qual(is) o(s) país(es) de origem	
		Prefiro não responder	
3.19	Quantas pessoas moram na unidade?		Resposta quantitativa

Identificação	Pergunta	Respostas	Tipo de resposta
Seção 4 – Ocupação e deslocamento das pessoas da família			
4.1	Gênero	Masculino	Resposta qualitativa
		Feminino	
		Prefiro não dizer	
		Outro	
4.2	Data de nascimento		Resposta qualitativa
4.3	Cor ou Raça	Branca	Resposta qualitativa
		Preta	
		Parda	
		Indígena	
		Amarela	
		Nenhuma das opções	
		Não quero responder	
4.4	Grau de Instrução	Analfabeto / Fundamental I incompleto	Resposta qualitativa
		Fundamental I completo / Fundamental II incompleto	
		Fundamental II completo / Médio incompleto	
		Médio completo / Superior incompleto	
		Superior completo	
		Outro	
		Estudante	
		Trabalho registrado	
		Trabalho informal	
		Autônomo	
4.5	Qual sua ocupação principal?	Desempregado(a)	Resposta qualitativa
		Aposentado(a)	
		Pensionista	

4.6	Nome ou local aproximado do local de trabalho/estudo/creche:	Outro	Resposta aberta
4.7	Como se desloca até o trabalho/estudo?	Linha(s) de metrô	Resposta qualitativa
		Linha(s) de metrô	
		Veículo próprio	
		A pé	
		Não se desloca (trabalha em casa)	
		Trabalha se deslocando a pé	
4.8	Quanto tempo, leva para chegar ao trabalho/escola em minutos, considerando ida e volta?	Trabalha se deslocando em veículo	Resposta quantitativa